

**“O caráter multifacetado da pobreza:
destituição econômica e aspectos de
direitos humanos e cidadania”**

- **CICLO DE DEBATES: ESTRATÉGIAS PARA A
SUPERACÃO DA POBREZA**
 - **9 e 10 de junho de 2011**
 - **Assembleia Legislativa de Minas Gerais**

Dimensões psico sociais da pobreza e os desafios para as políticas públicas

Carla Bronzo
Escola de Governo
Fundação João Pinheiro
9 maio 2011



Os pontos:

- 1. Subjetividade e afetividade. O sofrimento da pobreza. Ética e urgência. Direitos Sociais.
- 2. O enfoque da vulnerabilidade e as dimensões psicosociais
- 3. Consequências para a produção (formulação e implementação) de políticas públicas
- 4. Alguns achados, olhando o real

1. Subjetividade e afetividade. O sofrimento da pobreza. Ética e urgência.

- “Dor é próprio da vida humana, um aspecto inevitável. É algo que emana do indivíduo, das afecções do seu corpo nos encontros com outros corpos e diz respeito a sua capacidade de sentir. O sofrimento é a dor mediada pelas injustiças sociais. É o sofrimento de estar submetido à fome e à opressão, e pode não ser sentido como dor por todos” (Bader Sawaia, 2004).







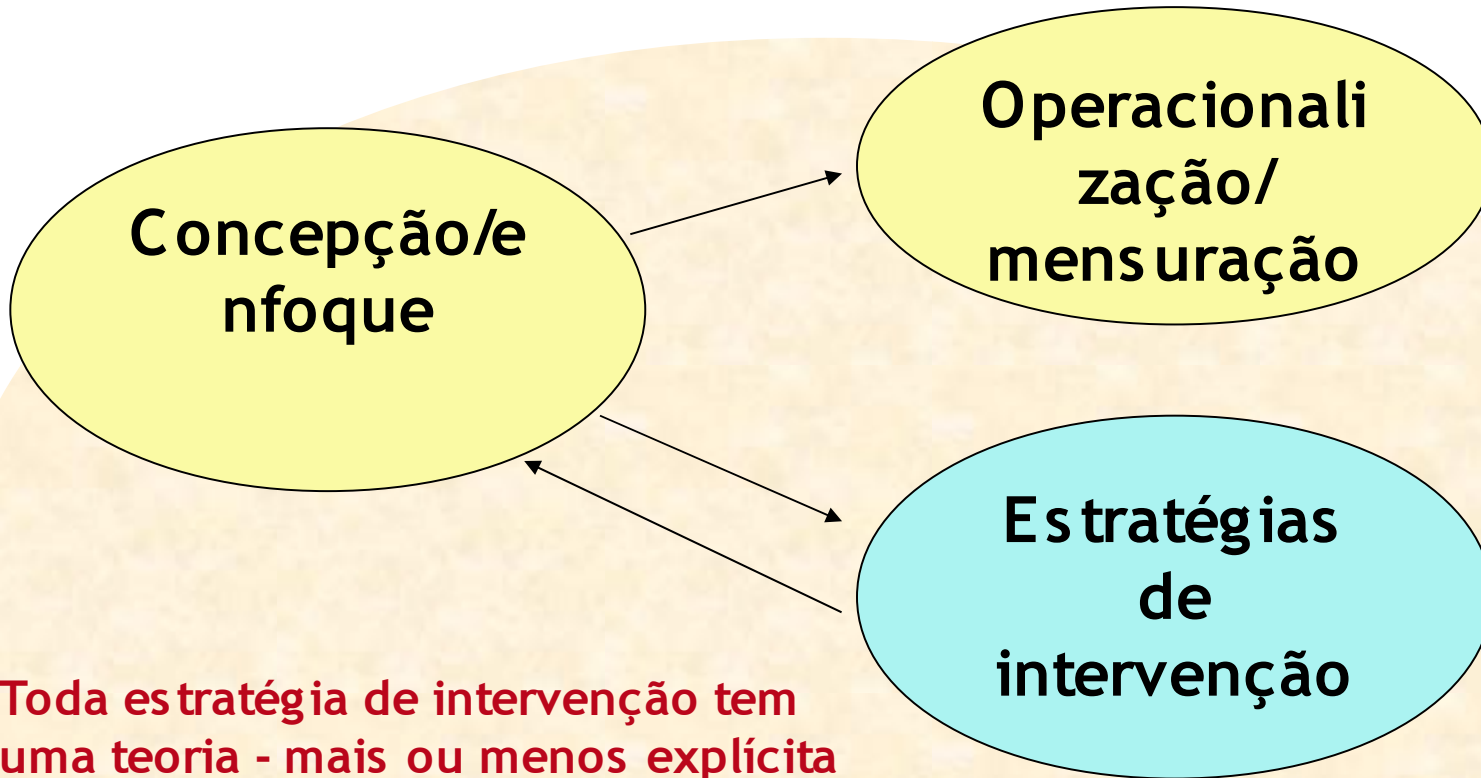
- *Mas para enfrentar essa realidade, olhar para a pobreza e enxergá-la em profundidade, não precisamos de caridade ou compaixão, ou mesmo amor e solidariedade, sobretudo; mas de compromisso efetivo com a cidadania e com direitos sociais.*
- *“Como paisagem, a pobreza pode provocar a compaixão, mas não a indignação moral diante de uma regra de justiça que tenha sido violada. Como lembra Hannah Arendt, o primeiro é um sentimento estritamente privado e as ações que são por ele movidas marcam distâncias e reafirmam a inferioridade do outro, que é o seu objeto.*
- *A indignação moral só pode existir se houver uma medida comum de equivalência, tendo na lei a*

2 - O enfoque da vulnerabilidade e as

dimensões psicossociais

- Diferentes concepções sobre pobreza levam a diferentes formas de mensuração e a diferentes respostas em termos de políticas ou estratégias de intervenção
- Importância da discussão, ao identificar os públicos potenciais das estratégias de intervenção no campo da proteção social.
- “A definição de pobreza é o motor para a seleção de políticas”

Mensurar envolve identificar os públicos potenciais e legítimos das ações no campo da proteção social.



Toda estratégia de intervenção tem uma teoria - mais ou menos explícita ou implícita - sobre o problema, que fornece o arcabouço para a ação.

“Uma vez identificado o mal, tem-se o remédio para seu enfrentamento”
(E. Fanfani)

Enfoque monetário: pobreza como privação de renda

Necessidades básicas insatisfeitas: acesso precário a bens e serviços

Capacidades: privação de capacidades dos indivíduos para ser e fazer coisas que julgam relevantes.

Pobreza como ausência de capacidades.

Desenvolvimento como Liberdade (Amartya Sen)

Exclusão social: aspecto relações sociais, processos, pertencimento, identidade, coesão social

Vulnerabilidade e riscos: multidimensionalidade das privações, dimensões objetivas e subjetiva, noção de ativos, estratégias de resposta e estrutura de oportunidades.

Argumento em pontos:

1. A renda, embora necessária e central, não é suficiente para caracterizar a pobreza, principalmente a pobreza crônica, e nem para enfrentá-la.
2. Necessidade de considerar outras dimensões, tal como apontado pelos diferentes enfoques além do monetário.
 - Multidimensionalidade.
 - Heterogeneidade/diversidade da pobreza.
 - Presença de aspectos objetivos e também de aspectos menos tangíveis (dimensão psico social)
3. Consequências do ponto de vista do conteúdo e da forma das políticas públicas

Concepções ampliadas sobre pobreza

- **Multidimensionalidade/multideterminação.** Multiplicidade de dimensões, fatores ou vetores de destituição (econômicos, sociais, culturais, familiares, individuais e institucionais) conformando trajetórias distintas. Privações múltiplas. A teia da pobreza. A pobreza crônica ou a miséria.
- **Heterogeneidade da pobreza.** Distintas combinações de privações. Fatores específicos e causas estruturais e suas consequências em termos de trajetórias e processos individuais, familiares e comunitários. Dimensão territorial da pobreza. Infra estrutura social - Interação entre dimensões materiais (infra estrutura, bens e serviços) e a organização social, como referência útil para explicar processos de degeneração e regeneração de áreas

- Presença de dimensões tangíveis e menos tangíveis (aspectos psico-sociais).

Pobreza é mais que privação de renda e mais que privação material apenas.

- Envolve dimensões objetivas - tangíveis (acesso a ativos

- Relações pobres e não pobres: geralmente são assimétricas, favorecem a dependência e/ou a estigmatização, reforçam as atitudes de passividade e resignação.
- Frequentemente, os pobres são vistos pelos setores não pobres (e principalmente pelos agentes públicos encarregados da execução de programas sociais) como aqueles “que não sabem”, “que não têm”, o que acaba por fortalecer atitudes de passividade, baixa autoestima, resignação, dependência.

- As diferenças entre pobres e não pobres não se explicam apenas pelo nível da renda familiar ou pela quantidade e intensidade das necessidades básicas insatisfeitas.
- Necessário considerar as **capacidades** dos indivíduos, famílias e comunidades para o aproveitamento das oportunidades existentes e das “marés cheias”. Capacidades de resposta, capacidade de ação, capacidade de decisão.
- Tema da autonomia, empoderamento e da promoção social.

- Vulnerabilidade geralmente envolve, além da precariedade da renda por um longo período de tempo, necessidades insatisfeitas (escolaridade, alimentação saúde, moradia, trabalho, transporte etc), relações sociais fragilizadas, baixa capacidade de mobilização de ativos e aspectos psico-sociais negativos
- Ao enfatizar a perene ameaça e insegurança a que os pobres estão submetidos e que compõe o seu sofrimento, essa abordagem aponta para a necessidade de uma abordagem prévia, ex-ante, dos diversos fenômenos e riscos que envolvem a condição de pobreza.

Concepção de vulnerabilidade - as bases conceituais de um enfoque ampliado sobre a pobreza

- Riscos
- Ativos (capital físico, financeiro, humano, social, familiares...diferentes tipologias)
- Uso dos ativos (estratégias de respostas. Interação entre os diversos tipos de ativos)
- Trajetória, processos. Desqualificação, marginalização social
- Estrutura de oportunidades. Leis, políticas públicas, instituições do estado, setor privado e sociedade.

3. Consequências para a produção (formulação e implementação) de políticas públicas

- Ao se adotar determinadas concepções de pobreza, que consequências isso traz para o desenho de estratégias de intervenção?
- Que tipos de intervenções são necessárias, e ao mesmo tempo suficientes, para fazer frente à vulnerabilidade?
- Que mudanças no âmbito operativo das políticas de proteção social são necessárias?

Componentes conceituais que decorrem de enfoques ampliados sobre pobreza (e do foco na pobreza crônica)

- Multidimensionalidade / **intersetorialidade**
- Heterogeneidade e **flexibilidade / redes de serviços e território**
- Subjetividade da pobreza / **foco na ampliação da autonomia e capacidades.**

- Desses temas decorrem as questões da **intersetorialidade** e da **integração no território**, da **flexibilização na oferta de serviços** e o **foco na autonomia e empoderamento** de pessoas, famílias e regiões, que são os ingredientes de uma agenda renovada para a proteção social e combate à pobreza e à indigência.

- **Empoderamento/empowerment:** controle externo sobre recursos diversos e também no âmbito das crenças, valores e atitudes (capacidade de auto-expressão e auto-afirmação). Capacidade de ação e de efetivar escolhas em atos e resultados.
- Interação entre o **âmbito micro**, subjetivo, valorativo e atitudinal e o **âmbito macro**, das estruturas, processos e dinâmicas que remetem a **estrutura de oportunidades** que o Estado, a sociedade e o mercado oferecem a indivíduos e comunidades.
- Agentes externos (inclusive e principalmente agentes das políticas públicas) como catalisadores essenciais do processo de conversão.

E as políticas? Desafios para as políticas estratégicas de proteção

● social

- *Políticas de Transferência Condicionada de Renda* podem ser um catalisador da integração e articulação dos programas e serviços para pobres e indigentes no Brasil, mas sua capacidade de reverter de forma sustentável essa condição é limitada.
- A efetividade e o impacto desse tipo de intervenção dependem fortemente da adesão dos demais setores (econômicos, educação, saúde, urbano, etc) e níveis de governo (municipal, estadual e federal).

- *O SUAS / Sistema Único de Assistência Social* como expressão do esforço de construção da política em uma perspectiva sistêmica.
- Organização dos serviços por níveis de complexidade. Proteção básica e especial.
- Através dos CRAS - Centro de Referência de Assistência Social - equipamento de base local, a proteção social ganha aderência aos problemas dos territórios e das famílias que lá vivem, enfatizando a intersetorialidade no atendimento e o atendimento “personalizado” às demandas e necessidades identificadas.

- Serviços de Proteção Básica (CRAS) buscam responder às situações específicas de vulnerabilidade e risco das famílias e territórios, com ênfase no desenvolvimento de atividades sócio familiares e comunitárias e o encaminhamento das famílias às redes de serviços.
- Esforço de integração de benefícios e serviços, de coordenação dos setores para acompanhamento condicionalidades, de montagem e uso de sistemas robustos de monitoramento e avaliação.

Alguns desafios para as políticas:

- Combinar proteção (garantia de renda) e promoção social. Insuficiência da renda para romper com situações de vulnerabilidades específicas.
- A autonomia demanda uma estrutura de oportunidade adequada para responder às demandas por trabalho, por educação e saúde de qualidade e universal, por proteção social.

- Alcançando-se os mínimos são efetivados direitos? O alcance dos mínimos é certamente necessário, mas não suficiente para isso.
- Necessidade de olhar a pobreza como problema que diz respeito ao conjunto das políticas públicas e não apenas às políticas sociais, ou à política de assistência social, mas como uma questão que deve ser equacionada pelos distintas áreas e níveis de governo e setores da sociedade. AGENDA. COMPROMISSO.

- Combater a pobreza é, contudo, uma meta antes de tudo política e demanda o compromisso da sociedade como um todo. O centro: o conteúdo redistributivo. A desigualdade.
- Sem essa alteração de fundo ou perspectiva no horizonte, as formas de enfrentamento da pobreza permanecerão pouco estratégicas, configurando uma *administração* da pobreza e não efetivamente orientadas para sua *superação*.

- Construção e fortalecimento da capacidade estatal para formulação e implementação de políticas públicas.
- Capacidade de gestão. Leitura da realidade, de elaboração de diagnósticos e planejamento. Governo relacional e estruturas de coordenação. Recursos humanos, orçamento. Monitoramento e avaliação. Controle público e participação.
- Necessidade de instituições com estruturas relativamente estáveis de governança e implementação.

URGENTE!

- Reconhecimento de **critérios político-normativos** para definição das necessidades sociais, o que remete a direitos; ou seja, a partir da explicitação de um padrão desejável de provisão e acesso a determinados bens e serviços definidos como direito.
- Definições sobre volume / qualidade da oferta de serviços decorre de diagnósticos e são frutos de decisão política e programática e não realizada de forma errática e altamente dependente das modificações do entorno ou de interesses particularistas.

4. Alguns achados, olhando o real

Pesquisa na região do Barreiro/BH, com população beneficiária do BF e participantes do CRAS e população não assistida

Survey com 608 moradores e grupos focais com técnicos Cras e Famílias.

Pesquisa realizada pela FJP, com apoio da Fapemig. Relatório entregue em maio 2011.

Ativos, condições de vulnerabilidade, estrutura

Média de escolaridade dos adultos

		Beneficiarios BF e Cras		Total
			Não assistidos	
Sem instrução formal	N	16	2	18
	%	3,2%	1,9%	3,0%
Primário Incompleto	N	48	9	57
	%	9,5%	8,7%	9,4%
Primário Completo	N	71	11	82
	%	14,1%	10,7%	13,5%
Fundamental Incompleto	N	142	19	161
	%	28,1%	18,4%	26,5%
Fundamental Completo	N	122	16	138
	%	24,2%	15,5%	22,7%
Médio Incompleto	N	69	26	95
	%	13,7%	25,2%	15,6%
Médio Completo	N	36	19	55
	%	7,1%	18,4%	9,0%
Superior Incompleto	N	1	1	2
	%	,2%	1,0%	,3%
Total	N	505	103	608
	%	100,0%	100,0%	100,0%

		Média de ocupação dos adultos		
		Beneficiarios BF e Cras	Não assistidos	
Trabalhador Assalariado		74	29	103
		14,7%	28,2%	16,9%
Trabalhador Informal		150	27	177
		29,7%	26,2%	29,1%
Estudante		87	18	105
		17,2%	17,5%	17,3%
Desempregado		133	21	154
		26,3%	20,4%	25,3%
Aposentado		25	4	29
		5,0%	3,9%	4,8%
Não trabalha		36	4	40
		7,1%	3,9%	6,6%
Total		505	103	608
		100,0%	100,0%	100,0%

Problemas no Bairro	Beneficiários BF e/ou CRAS		Não Assistidos		Total	
	N	%	N	%	N	%
INFRAESTRUTURA	146	29.0	30	29.1	176	29.0
EDUCAÇÃO	79	15.6	15	14.2	93	15.4
TRANSPORTE	60	11.9	8	8.1	69	11.3
POSTO DE SAÚDE	23	4.5	4	3.6	26	4.3
DROGAS	103	20.5	24	23.6	128	21.0
VIOLÊNCIA	25	4.9	6	6.1	31	5.1
VIZINHANÇA	9	1.7	0	0.3	9	1.5
NÃO VÊ PROBLEMAS	59	11.7	15	14.9	74	12.2
Outros	2	0.1	0	0.0	2	0.1
Total	505	100	103	100	609	100

Quem são essas famílias?

- “Uma boa parcela das famílias dos territórios sobrevive apenas com a renda do BF; para muitas famílias, a renda do BF é a única renda que a família possui. Se não tivesse BF não sei como essas famílias estariam. Disso não tenho dúvida”.
- Em muitos casos - senão a maioria, segundo as técnicas - as famílias sofrem humilhações, preconceitos, têm dificuldade de lidar com os problemas cotidianos e não sabem onde buscar auxílio.

- Em algumas famílias, tem-se a questão da fome ainda presente, mesmo na parcela que recebe o benefício do Bolsa Família. Mas as famílias não vão ao serviço solicitar comida. “Através de uma visita que você vai e vê que não tem nada na casa... Elas têm vergonha de assumir essa condição”. As técnicas não veem no público “característica de pedinte”, uma vez que a maioria das famílias que precisam preferem viver nessa condição do que pedir, por vergonha, por dignidade. O trabalho das técnicas consiste, nesse caso, em reforçar a questão dos direitos, sustentando que não se trata de pedir, mas de um direito à alimentação.

O que se faz no Cras - escuta, acolhimento, busca de soluções

A acolhida do CRAS faz diferença na vida das famílias e esta se traduz pelo cuidado, pelo conhecimento da realidade de cada família, pela criação de vínculos, pela identificação e confiança da família em relação ao serviço. A partir dos vínculos assim estabelecidos, a família passa a colocar as dificuldades e tem início um trabalho orientado para a proteção, visando garantir direitos.

- A questão da necessidade de “conversão” ou de reversão das trajetórias é ainda mais pungente no caso de famílias onde se percebe um círculo vicioso: “O que está acontecendo com minha filha, aconteceu comigo, aconteceu com minha mãe e com minha avó... em muitos casos trata-se de uma família que vai viver da assistência do Estado para sempre.

Por quê? Por exemplo, uma avó que cria as netas, a filha mora ao lado e não quer saber dos filhos... e ela vai umas duas vezes por semana para o CRAS para chorar a vida, o filho drogado, o marido doente, cego de um olho... ela empurra a vida com a barriga e não vê perspectiva nenhuma. Quando esses sujeitos chegam ao CRAS é apenas para falar desgraças”.

- “o sujeito chega com uma demanda espontânea, então a nossa função é escutar além dessa demanda; construir com esse sujeito algo além do que ele trouxe; aquilo que estava latente e que, numa conversa, numa escuta, numa acolhida, vão surgir questões que é daquele indivíduo diante da questão social. Chega com vulnerabilidades e no atendimento a gente vai identificando e construindo junto com ele uma saída”.
- “A gente vai identificando as vulnerabilidades das famílias, sendo que as vezes as famílias não entendem uma situação como vulnerabilidade, mas os técnicos sim”.
- A leitura das entrelinhas. O olho roxo e o vale transporte, o pedido de escuta, a necessidade de ser

Percepção de mudanças ...

- “menino que fica em cima da árvore na escola e aqui está aprendendo a tocar violão. Outro menino com síndrome de Down que não sabia ler e que está aprendendo a ler partitura aqui na oficina. Está fazendo coisas que não fazia antes”.
- “Pessoas que chegavam aqui muito agressivas agora chegam de outra forma. Isso aparece aqui no grupo, mas eu escuto a rede falar isso também... é um outro sujeito, uma outra pessoa...aqui a gente não ensina nada. A própria

- “Um caso, que não é isolado, representa um tipo importante de mudança que a gente vê aqui”. Trata-se de uma mulher que antes era uma pessoa muito difícil, refratária ao atendimento, distante, inalcançável. Ao longo do tempo, ela foi se transformando de forma visível, com mudanças importantes no campo da higiene pessoal, no cuidado com a aparência para ir, inclusive, no atendimento no CRAS , o cuidado em pentear o cabelo, usar um batom. “Antes era distante, ausente e agora quer participar de tudo”.
- “os outros serviços da rede comentam: essa família é do CRAS? Porque ela chega diferente, nem como vítima nem com barraco. Não chega como muro de lamentações”

Os limites das respostas. A demanda pelo concreto.

- “Me lembro da visita de mobilização do BF que fizemos na Vila Ecológica... a situação é tão difícil, a condição de miséria é tão grande, que não tem uma família mais vulnerável que a outra. É tudo tão ruim... a estrutura da casa, a própria violência da comunidade. É tudo tão ruim e eu chego aqui para convidar para uma oficina... E eu penso... nem eu iria, se vivesse nessas condições de tanta miséria. O que eu vou propor para uma família como essa? O CRAS é um lugar para ir...fazer uma roda de conversa...abrir um espaço para falar, conversar, falar de questões que a família não tem outro lugar para colocar. Então tudo o que a gente pode fazer é convidar essa família para

- Na percepção das técnicas, a ruptura com a condição de vulnerabilidade é complicada e é difícil dizer se os serviços que o CRAS oferece são mesmo capazes de viabilizar tais alterações, pois se trata de abrir oportunidades que as outras gerações não tiveram:
- “o menino sai mais cedo da escola para trabalhar, não tem uma oportunidade de lazer, cultura... os campos de futebol estão detonados, jogados a traças... tem uma escola de ensino médio que seleciona... não tem escola de educação infantil suficiente... a que tem é muito distante e a gente anda pelos becos e eles estão lotados de crianças... olhando tudo isso, que perspectiva de mudança podemos ter?”
- Eu penso que a política ainda está muito tímida em relação ao que está colocado... a política de assistência por si só não dá conta de implantar. A gente faz

- Muitas vezes as famílias vivem questões prioritárias e que tem que ser equacionadas e se as vezes a família não responde, pode ser pela necessidade de resolver tais questões, que extrapolam o âmbito de ação possível dos CRAS”.
- “Outro dia a gente fez uma oficina e uma mulher disse: eu não volto mais não; eu não quero sair da minha casa, não tenho vontade de levantar de manhã... ela não conseguiu descobrir outras possibilidades na vida dela. Aí a gente se pergunta o que a gente está oferecendo para que ela pense que vale a pena levantar da cama e participar de uma oficina. Esse acompanhamento muitas vezes a gente não dá conta de fazer... temos as nossas fragilidades também”.

O trabalho no Cras: esperança e solidão

- “Se tem uma coisa que a gente tem aqui é desejo imenso de trabalhar, tem hora que dá uma cansada. O querer fazer é imenso, senão a gente não estava aqui... Mas estamos sozinhos. É gratificante ver o vínculo que a família cria com a gente... nos momentos mais difíceis ela vem aqui, sabe que tem com quem contar. Mas não temos pernas. Lidar com o querer imenso e os limites... ouvir a fala da escola é angustiante”.
- “todo mundo está aqui por amor á profissão mesmo. Mas tem hora que angustia. A equipe é muito reduzida para tanta coisa para fazer. A gente se sente assim. Falta tempo para fazer interlocução maior com outras

- “As histórias de vida de pobreza são muito impactantes. Tem-se exemplos de lutas, de superação, quando tem oportunidades. Acredito na possibilidade de mudança.

A capacidade de superação tem um componente que é do sujeito, mas é também oportunidade. Acho que a gente tem obrigação de trabalhar essa oportunidade.

Gosto de contribuir para que as pessoas possam enxergar que tem também oportunidades e possibilidades... isso é tudo o que eu quero”.

- Os limites: escolaridade, moradia e infraestrutura, trabalho, violências, abandono. O trabalho é o grande desafio para todas e os cursos de

Falas das famílias - fragmentos do desassossego

- Todas enfatizam que muita coisa mudou na vida delas a partir da relação com o Cras e as mudanças se concentram na forma de pensar e no comportamento, principalmente em relação aos filhos, aos vizinhos, na família. “E las trabalham a gente de dentro para fora”.
- “não tinha tempo, saía cedo, chegava tarde, não tinha tempo para ouvir o filho. Agora não..sento, bato papo, brinco. E agora olho o caderno, pergunto da escola...antes não fazia isso. Me ensinaram a ter tempo para mim e para meus filhos, para ter amizade com os filhos. A maneira delas falarem

- A fala de uma mulher permite identificar esse assombro talvez de se sentir merecedora de tanto respeito e cuidado, como o que ela recebe quando vai ao Cras. “às vezes me pergunto se mereço tudo isso...o jeito que elas tratam a gente...conversam com tanta educação, atende a gente tão bem, já chega com carinho, com a cara aberta...eu chego nervosa e saio um passarinho”.
- Fortes vínculos são criados nesses processos e seus efeitos se estendem em várias direções, nem sempre de antemão previstas ou calculadas. Ampliar horizontes de informação, conhecer outras realidades e pessoas, romper o isolamento, alterar perspectivas e visões...tudo isso estava presente nas falas das mulheres, relacionado ao papel do Cras na vida delas.

Os limites do trabalho sócio assistencial

- “Onde moro, a Casas Bahia só entrega coisas lá com escolta”.
- “Quando tem campanha de vacinação de idosos, nem o médico da família desce lá”.
- “Quem tá lá embaixo não sobe e quem está em cima não desce”.
- “lá embaixo tem muito problema, muita criança sem escola, muita mãe querendo trabalhar sem escola para deixar as crianças, muitas adolescentes de 13 e 14 grávidas, famílias sem estrutura e sem ter como resolver, adolescentes sem estudo e sem futuro”.

- A impotência diante da insuficiência das respostas que demandam ações mais estruturais, a fragilidade da oferta de respostas efetivas à questão do trabalho e de geração de oportunidades produtivas, bem como as demandas não equacionadas de moradia e oferta de serviços são questões que atravessam a produção dos serviços socioassistenciais e condicionam sua efetividade.

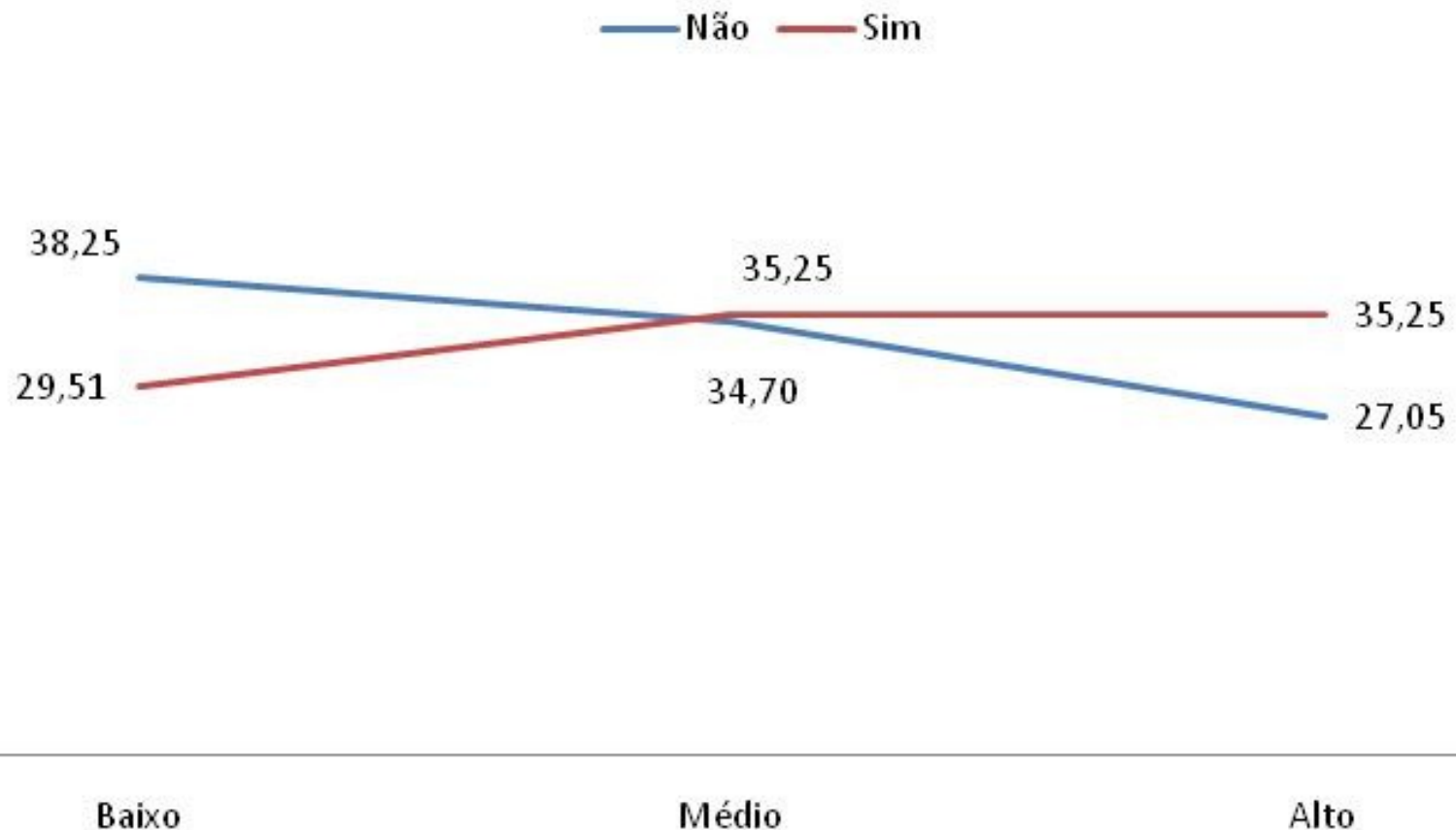
- No entanto, a solução para todos esses problemas ultrapassa, e muito, as possibilidades de intervenções no campo da assistência social e também das políticas sociais.
- Alterar condições de vulnerabilidade implica ampliar a base de ativos, fortalecer o repertório de respostas, expandir capacidades e fronteiras de pensamento e ação. Os Cras cumprem um papel aí, mas não cabe a eles toda a cena.

- Os serviços sócio assistenciais não são suficientes para promover uma estrutura de oportunidades adequada para o enfrentamento das múltiplas vulnerabilidades das famílias, embora constituam uma dimensão importante e necessária dessa estrutura.
- Não são suficientes para evitar o sofrimento e a desolação da falta de renda, emprego e qualificação.
- Seus efeitos parecem se concentrar na ampliação do acesso a bens e serviços públicos e na esfera da sociabilidade, dimensões centrais dos ativos não tangíveis que podem ter impacto nesse enfrentamento.

Efeitos do Cras em dimensões mais subjetivas da pobreza

- disposição para procurar emprego
- acesso a informações de emprego
- disposição para sair de casa e frequentar locais de lazer
- manutenção de laços sociais /redes e constituição de laços de solidariedade
- acesso a informação sobre serviços públicos
- Aumento da auto-estima
- Melhora da relação intradoméstica
- empoderamento (assertividade e participação)

Relação: Participa do CRAS x Índice de Resposta ao PBF



O Cras parece ter efeito considerável sobre o nível de resposta das famílias frente ao Programa Bolsa Família

- Ainda que não seja suficiente, a presença do equipamento do CRAS nos territórios e as ações e programas aí desenvolvidos produzem mudanças na dimensão da subjetividade, ao apontarem para um sentimento de apoio e acolhida que as famílias sentem ao se exporem aos serviços sócio assistenciais.
- Isso pode ser pouco diante da ampla gama de vetores da destituição que assolam as famílias pobres, mas a pesquisa aponta que, em um cenário de intensa privação, isso pode fazer muita diferença na vida das famílias em condição de intensa vulnerabilidade.

- *“La necesidad de discutir nuevos conceptos que modifiquen los que prevalecen actualmente en los modos de organización de nuestras sociedades no se limita a un objetivo ni a una política en particular. El tema de la pobreza se inscribe en una discusión mas amplia sobre la falta de racionalidad y la injusticia del tipo de sociedad que se está imponiendo” (Lo Vuolo, 1999, p. 299).*